

No. 49087*

**Spain
and
Brazil**

Exchange of letters constituting an agreement between Spain and Brazil on the mutual recognition and the exchange of national driver licenses (with annexes). Madrid, 17 September 2007

Entry into force: *7 April 2009, in accordance with the provisions of the said letters*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Spain, 11 October 2011*

**No UNTS volume number has yet been determined for this record. The Text(s) reproduced below, if attached, are the authentic texts of the agreement /action attachment as submitted for registration and publication to the Secretariat. For ease of reference they were sequentially paginated. Translations, if attached, are not final and are provided for information only.*

**Espagne
et
Brésil**

Échange de lettres constituant un accord entre l'Espagne et le Brésil relatif à la reconnaissance mutuelle et l'échange des permis de conduire nationaux (avec annexes). Madrid, 17 septembre 2007

Entrée en vigueur : *7 avril 2009, conformément aux dispositions desdites lettres*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Espagne, 11 octobre 2011*

** Numéro de volume RTNU n'a pas encore été établie pour ce dossier. Les textes reproduits ci-dessous, s'ils sont disponibles, sont les textes authentiques de l'accord/pièce jointe d'action tel que soumises pour l'enregistrement et publication au Secrétariat. Pour référence, ils ont été présentés sous forme de la pagination consécutive. Les traductions, s'ils sont inclus, ne sont pas en form finale et sont fournies uniquement à titre d'information.*

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

I

Madri, 17 de setembro de 2007

Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência em relação ao reconhecimento mútuo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha de carteiras e licenças de habilitação para conduzir veículos.

A esse respeito, e tendo em conta que em ambos os Estados as normas e a sinalização de trânsito que regem a circulação rodoviária ajustam-se ao disposto pela Convenção de Viena sobre Trânsito Viário, de 8 de novembro de 1968, e que tanto as classes de carteiras e licenças de habilitação como as condições que se exigem e os exames que se realizam para sua obtenção, em ambos os Estados, são homologáveis no essencial, tenho a honra de propor a celebração de acordo entre República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre reconhecimento recíproco e troca das carteiras de habilitação nacionais, nos seguintes termos:

1. A República Federativa do Brasil e o Reino de Espanha, doravante “as Partes”, reconhecem reciprocamente as carteiras de habilitação nacionais expedidas pelas autoridades dos Estados às pessoas com residência legal nesses Estados, desde que se encontrem em vigor, e em conformidade com os Anexos do presente Acordo.
2. O titular de carteira ou licença de habilitação válidos e em vigor expedidas por uma das Partes, desde que tenha a idade mínima exigida pelo outro Estado, está autorizado a conduzir temporariamente no território deste os veículos motorizados das categorias para as quais sua carteira ou licença de habilitação, segundo sua classe, sejam válidas, pelo prazo de cento e oitenta (180) dias.
3. Transcorrido o período indicado no parágrafo anterior, o titular de uma carteira ou licença de habilitação expedida por um dos Estados, que fixe residência legal no outro Estado, de acordo com as normas internas deste, poderá obter sua carteira ou licença de habilitação equivalente aos do Estado onde fixou residência, de conformidade com a tabela de equivalência entre as classes de carteiras (Anexo I).

A Sua Excelência o Senhor
Miguel Ángel Moratinos Cuyaubé
Ministro de Assuntos Exteriores e de Cooperação do
Reino da Espanha

4. Todas as carteiras dos atuais residentes poderão ser trocadas até a data de entrada em vigor do presente Acordo. Para as carteiras expedidas com data posterior à entrada em vigor do Acordo, será requisito indispensável, para ter direito à troca, que as carteiras tenham sido expedidas pelas Partes em data anterior à obtenção de residência legal.

5. Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, os titulares de licença de habilitação brasileira que solicitem a troca das carteiras de habilitação equivalentes às carteiras espanholas das classes C1, C1+E, C, C+E, D1, D, D1+E e D+E deverão submeter-se a um exame de controle de conhecimentos específicos e a um exame de condução em vias abertas ao trânsito geral, utilizando um veículo ou um conjunto de veículos que possam ser conduzidos de acordo com a classe da carteira. Por sua vez, os titulares de carteiras de habilitação espanholas equivalentes às categorias brasileiras C, D e E, deverão prestar as provas de conhecimentos e habilidades específicas exigidas para a condução de veículos daquelas categorias.

6. Em caso de existirem dúvidas fundadas sobre a autenticidade da carteira ou licença, o Estado onde se solicita a licença ou carteira de habilitação equivalente poderá requerer ao Estado emissor do documento a comprovação da autenticidade das carteiras ou licenças de habilitação que resultarem duvidosas.

7. O disposto no presente Acordo não exclui a obrigação de realizar as formalidades administrativas que estabeleçam as normas de cada Estado para a troca das carteiras ou licenças de habilitação, tais como preencher um formulário de solicitação, apresentar atestado médico, certificado de inexistência de antecedentes penais ou administrativos, ou o pagamento da taxa correspondente.

8. Obtida a carteira de habilitação do Estado de residência, seu titular deverá ajustar-se às normas desse país ao efetuar a renovação ou o controle da respectiva carteira de habilitação.

9. As autoridades competentes para a troca das carteiras e licenças de habilitação são as seguintes:

Na República Federativa do Brasil: o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), por meio dos seus órgãos delegados.

No Reino da Espanha: o Ministério do Interior, Direção-Geral de Trânsito.

10. A carteira ou licença de habilitação do Estado emissor será devolvida à autoridade que a expediu de acordo com o que ambas as Partes determinem.

11. Ambas as Partes intercambiarão modelos das suas respectivas carteiras e licenças de habilitação. No caso de alguma das Partes modificar seus modelos de carteiras e licenças de habilitação, deverá remeter à outra Parte os novos modelos para o devido conhecimento, pelo menos trinta (30) dias antes da sua aplicação.

12. O presente Acordo não se aplicará às carteiras e licenças de habilitação expedidas em um e outro Estado, derivadas da troca de outra carteira ou licença de habilitação obtida em um terceiro Estado.

13. O presente Acordo terá duração indefinida. Qualquer das duas Partes poderá denunciar este Acordo mediante notificação escrita por via diplomática. A denúncia produzirá efeito noventa (90) dias após essa notificação ter sido efetuada.

No caso de aceitação da proposta acima pelo Reino da Espanha, esta Nota e a Nota de resposta constituirão um acordo entre ambos os Estados, que entrará em vigor noventa (90) dias a contar da data da última notificação pela qual as Partes se comuniquem, por via diplomática, o cumprimento de seus requisitos internos necessários para a entrada em vigor. Para tanto, junta-se à presente Nota, como Anexo I, a Tabela de Equivalências entre as classes de carteiras de habilitação brasileiras e espanholas e, como Anexo II, um Protocolo de Atuação, que serão considerados como partes integrantes do presente Acordo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.



Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

ANEXO I

**Tabela de Equivalências entre os Tipos de Carteira de Habilitação
Brasileiros e Espanhóis**

ESPAÑHÓIS	BRASILEIROS						
	A	B	C	D	B+E	C+E	D+E
A1	X						
A	X						
B		X					
B+E					X		
C1-C			X				
C1-C+E						X	
D1-D				X			
D1-D+E							X

ANEXO II

Protocolo de Atuação do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Reconhecimento Recíproco e Troca de Carteiras de Habilitação

Os titulares de carteiras de habilitação expedidas pelas autoridades competentes da República Federativa do Brasil poderão solicitar sua troca de acordo com o estabelecido nas cláusulas do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino de Espanha sobre Reconhecimento Recíproco e Troca de Carteiras de Habilitação. Para tanto, os titulares deverão solicitar agendamento, por telefone ou por Internet, para efetuar a troca, indicando o número da cédula de residência emitida pelas autoridades espanholas, a província espanhola onde residem, o número das carteiras de identidade e de habilitação brasileiras, bem como o local e a data de expedição da carteira de habilitação brasileira. Informar-se-á, por telefone, a documentação a ser anexada à solicitação e marcar-se-á a data para que a solicitação e a documentação complementar sejam apresentadas às repartições da Chefia Provincial de Trânsito da província de residência do solicitante.

Para fins de comprovação da autenticidade da carteira de habilitação brasileira que certifique a troca, a Direção-Geral de Trânsito remeterá diariamente às autoridades brasileiras a relação de solicitantes por correio eletrônico seguro, com base na utilização do certificado de identidade eletrônica X.509 v3 expedido pela Direção-Geral de Trânsito. As autoridades brasileiras comprometem-se a informar sobre a autenticidade das carteiras de motorista em prazo inferior a trinta dias corridos, a contar do dia seguinte ao recebimento da mensagem eletrônica. No caso de não receber resposta no prazo indicado, entender-se-á que não existem antecedentes de carteiras de motorista expedidas pelas autoridades da República Federativa do Brasil.

As mensagens, tanto de solicitação como de resposta, estarão assinadas e cifradas utilizando os certificados de identidade eletrônica expedidos para tal fim, como garantia de confidencialidade, autenticidade e não recusa.

As mensagens de pedido e de resposta se ajustarão ao formato, texto e codificação estabelecidos pelos técnicos em informática designados pelas respectivas autoridades de trânsito.

MINISTERIO
DE ASUNTOS EXTERIORES
Y DE COOPERACIÓN

II

El Ministro
Madrid, 17 de setembro de 2007

Excmo Senhor Ministro,

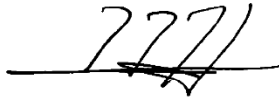
Tengo a honra de referir-me à Nota de Vossa Excelência datada de 17 de setembro de 2007, cuyo teor é o seguinte:

[See note I - Voir note I]

Em resposta, tenho a honra de confirmar que a proposta descrita anteriormente é aceitável para o Reino da Espanha e que a Nota de Vossa Excelência e a presente Nota de resposta constituirão um Acordo entre ambos os Estados, que entrará em vigor noventa (90) dias após a data da última notificação pela qual as Partes comuniquem uma à outra, pela via diplomática, o cumprimento de seus requisitos internos necessários para a referida entrada em vigor. Para tanto, acompanha à presente Nota, como Anexo I, a Tabela de Equivalências entre as classes de carteiras de habilitação brasileiras e espanholas e, como Anexo II, um Protocolo de Atuação, que serão considerados como partes integrantes do presente Acordo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

Miguel Angel Moratinos Cuyaubé
Ministro de Relaciones Exteriores e de Cooperación



Excmo. Senhor Celso Amorim
Ministro de Relações Exteriores
República Federativa do Brasil

[SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL]

I

Madrid, 17 de septiembre de 2007

Excmo. Señor Ministro,

Tengo el honor de dirigirme a Vuestra Excelencia en relación al reconocimiento mutuo de permisos y licencias para conducir vehículos entre la República Federativa de Brasil y el Reino de España.

A ese respecto, y teniendo en cuenta que en ambos Estados las normas y señales que regulan la circulación por carretera se ajustan a lo dispuesto por la Convención de Viena sobre Tráfico de Carreteras, de fecha 8 de noviembre de 1969, y que tanto las clases de permisos y licencias de conducción, como las condiciones que se exigen y las pruebas que se realizan para su obtención en ambos Estados son homologables en lo esencial, tengo el honor de proponer la celebración de un Acuerdo entre la República Federativa de Brasil y el Reino de España sobre el reconocimiento recíproco y el canje de los permisos de conducción nacionales, en los siguientes términos:

1. La República Federativa de Brasil y el Reino de España, en adelante “las Partes”, reconocen recíprocamente los permisos de conducción nacionales expedidos por las autoridades de los Estados a quienes tuvieran residencia legal en los mismos, siempre que se encuentren en vigor, y de conformidad con los Anexos del presente Acuerdo.

2. El titular de un permiso o licencia de conducción válidos y en vigor expedidos por una de las Partes, siempre que tenga la edad mínima exigida por el otro Estado, está autorizado a conducir temporalmente en el territorio de éste los vehículos a motor de las categorías para las cuales su permiso o licencia, según su clase, sean válidos, durante el plazo de 180 (ciento ochenta) días.

3. Pasado el período indicado en el párrafo anterior, el titular de un permiso o licencia de conducción expedido por uno de los Estados, que establezca su residencia legal en el otro Estado, de acuerdo con las normas internas de éste, podrá obtener su permiso o licencia de conducción equivalente a los del Estado donde ha fijado su residencia de conformidad a la tabla de equivalencia entre las clases de permisos para su obtención (Anexo I).

Al Excelentísimo Señor
Miguel Ángel Moratinos Cuyaubé
Ministro de Asuntos Exteriores y de Cooperación
Reino de España

4. Se podrán canjear todos los permisos de los actuales residentes hasta la fecha de entrada en vigor del presente Acuerdo. Para los expedidos con posterioridad a dicha entrada en vigor será requisito indispensable, para acceder al canje, que los permisos hayan sido expedidos por las Partes en fecha previa a la obtención de la residencia legal.

5. Sin perjuicio de lo dispuesto en el apartado anterior, los titulares de una licencia de conducción brasileña que soliciten el canje de los permisos de conducción equivalentes a los permisos españoles de las clases C1, C1+E, C, C+E, D1, D, D1+E y D+E deberán realizar una prueba de control de conocimientos específicos y una prueba de circulación en vías abiertas al tráfico general, utilizando vehículo o conjunto de vehículos de los que autorizan a conducir dichos permisos. A su vez, los titulares de permisos de conducción españoles equivalentes a las categorías brasileñas C, D y E, deberán realizar las pruebas de conocimientos y habilidades específicas exigidas para la conducción de vehículos de esas categorías.

6. En el caso de que existieran dudas fundadas sobre la autenticidad del permiso o licencia, el Estado donde se solicita la licencia o permiso de conducción equivalente podrá requerir al Estado emisor del documento la comprobación de autenticidad del permiso o licencia de conducción que resultaren dudosos.

7. Lo dispuesto en el presente Acuerdo no excluye la obligación de realizar las formalidades administrativas que establezca la normativa de cada Estado para el canje de los permisos o licencias de conducción, tales como rellenar un impreso de solicitud, presentar un certificado médico, certificado de inexistencia de antecedentes penales o administrativos, o el pago de la tasa correspondiente.

8. Obtenido el permiso de conducción del Estado de residencia, su titular se deberá ajustar a la normativa de dicho país al efectuar la renovación o control del respectivo permiso de conducción.

9. Las autoridades competentes para el canje de los permisos y licencias de conducción son las siguientes:

En la República Federativa de Brasil: el Departamento Nacional de Tránsito (DENATRAN), por medio de sus órganos delegados.

En el Reino de España: el Ministerio del Interior, Dirección General de Tráfico.

10. El permiso o licencia del Estado emisor será devuelto a la autoridad que lo expidió de acuerdo con lo que ambas Partes determinen.

11. Ambas Partes intercambiarán modelos de sus respectivos permisos y licencias de conducción. En el caso de que alguna de las Partes modifique sus modelos de licencias o permisos, deberá remitir a la otra Parte los nuevos especímenes para su debido conocimiento, al menos con treinta (30) días antes de su aplicación.

12. El presente Acuerdo no se aplicará a los permisos o licencias de conducción expedidos en uno y otro Estado, derivados del canje de otro permiso o licencia de conducción obtenido en un tercer Estado.

13. El presente Acuerdo tendrá una duración indefinida. Cualquiera de las dos Partes podrá denunciar este Acuerdo mediante notificación escrita a través de la vía diplomática. La denuncia tendrá efecto a los noventa (90) días después de haberse efectuado dicha modificación.

En el caso de aceptación de la anterior propuesta por el Reino de España, esta Nota y la Nota de respuesta constituirán un Acuerdo entre ambos Estados, que entrará en vigor a los noventa (90) días de la fecha de la última notificación por la que las Partes se comuniquen, por la vía diplomática, el cumplimiento de sus requisitos internos necesarios para dicha entrada en vigor. Para los efectos del caso, se acompaña a la presente Nota la Tabla de Equivalencias entre las clases de permisos brasileños y españoles como Anexo I, y un Protocolo de Actuación como Anexo II, que serán considerados como partes integrantes del presente Acuerdo.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia el testimonio de mi más distinguida consideración.



Celso Amorim
Ministro de Relaciones Exteriores

ANEXO I

**Tabla de Equivalencias entre las Clases de permisos de conducción
brasileños y españoles**

ESPAÑÓLES	BRASILEÑOS						
	A	B	C	D	B+E	C+E	D+E
A1	X						
A	X						
B		X					
B+E					X		
C1+C			X				
C1-C+E						X	
D1-D				X			
D1-D+E							X

ANEXO II

Protocolo de actuación del Acuerdo entre República Federativa de Brasil y el Reino de España sobre reconocimiento recíproco y canje de permisos de conducción

Los titulares de permisos de conducción expedidos por las autoridades competentes de la República Federativa de Brasil, podrán solicitar su canje conforme a lo establecido en las cláusulas del Acuerdo entre la República Federativa de Brasil y el Reino de España, sobre reconocimiento recíproco y canje de permisos de conducción. A tal efecto, solicitarán telefónicamente o por Internet, la asignación de una cita para efectuar el canje, indicando el número de la tarjeta de Residencia asignado por las autoridades españolas, la provincia española en la que tenga la residencia, el número de la carta de identidad y el número del permiso de conducción brasileño, así como el lugar y fecha de expedición del permiso de conducción brasileño. Telefónicamente se le informará de la documentación que deberá aportar junto con la solicitud y se fijará la fecha para que presente la solicitud y documentación complementaria en las oficinas de la Jefatura Provincial de Tráfico de la provincia de residencia del solicitante.

A efectos de confirmación de la autenticidad del permiso de conducción brasileño que acredite el canje, la Dirección General de Tráfico remitirá diariamente a las autoridades brasileñas la relación de solicitantes por correo electrónico seguro, basado en la utilización del certificado de identidad electrónica X.509 v3 expedido por la Dirección General de Tráfico. Las autoridades brasileñas se comprometen a informar sobre la autenticidad de los permisos en un plazo inferior a treinta días naturales, a contar a partir del día siguiente de la recepción del mensaje. En el supuesto de no recibir contestación en el plazo indicado, se entenderá que no existen antecedentes de permisos de conducción expedidos por las autoridades de la República Federativa de Brasil.

Los mensajes, tanto de petición como de respuesta, irán firmados y cifrados utilizando los certificados de identidad electrónica expedidos a tal efecto, como garantía de confidencialidad, autenticidad y no repudio.

El mensaje de petición y el de respuesta se ajustarán al formato, texto y codificación que se acuerdo por los expertos informáticos designados por las respectivas autoridades de tráfico.

II

Madrid, 17 de septiembre de 2007

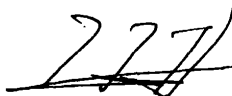
Excmo. Señor Ministro,

Me complace aludir a la Nota de su Excelencia de fecha 17 de septiembre de 2007, y cuyo contenido es el siguiente:

[See note I - Voir note I]

En respuesta a lo anterior, me complace confirmar que la propuesta descrita anteriormente es aceptable para el Reino de España y que la Nota de Vuestra Excelencia y la presente Nota de respuesta, constituirán un Acuerdo entre ambos Estados, que entrará en vigor a los noventa (90) días de la fecha de la última notificación por la que las Partes se comuniquen, por la vía diplomática, el cumplimiento de sus requisitos internos necesarios para dicha entrada en vigor. Para los efectos del caso, se acompaña a la presente Nota, la Tabla de Equivalencias entre las clases de permisos brasileños y españoles como Anexo I, y un Protocolo de Actuación como Anexo II, que serán considerados como partes integrantes del presente Acuerdo.

Aprovecho la ocasión para reiterar a Vuestra Excelencia el testimonio de mi más alta consideración.



“A.R.”

Miguel Ángel Moratinos Cuyaubé
Ministro de Asuntos Exteriores y de Cooperación

Al Excelentísimo Señor Celso Amorim
Ministro de Relaciones Exteriores
República Federativa de Brasil

[TRANSLATION – TRADUCTION]

I

Madrid, 17 September 2007

Excellency,

I have the honour to address Your Excellency on the subject of mutual recognition of permits and licences to drive vehicles between the Federative Republic of Brazil and the Kingdom of Spain.

In this regard, and bearing in mind that the signs and rules governing road traffic in the two States conform to the provisions of the Vienna Convention on Road Traffic, done at Vienna on 8 November 1969, and that both the categories of permit and the driving permits and licences, and the conditions and tests required for the granting thereof, are comparable, I have the honour to propose the conclusion of an Agreement between the Federative Republic of Brazil and the Kingdom of Spain concerning the reciprocal recognition and exchange of national driving permits in the following terms:

1. The Federative Republic of Brazil and the Kingdom of Spain (hereinafter referred to as “the Parties”) shall mutually recognize national driving permits issued by the authorities of the States to persons legally resident therein, provided that they are current and conform to the Annexes to this Agreement.

2. The holder of a driving permit or licence which is valid or current issued by one of the Parties shall, on condition of being of the minimum age required by the other Party, be authorized to drive temporarily motor vehicles in the categories for which that person’s permit or licence, according to class, is valid, in the territory of that other party, for a period of one hundred and eighty (180) days.

3. On the expiry of the period mentioned in the previous paragraph, the holder of a driving permit or licence issued by one of the States who establishes his/her legal residence in the other may, in accordance with the domestic regulations of the latter State, obtain a driving permit or licence equivalent to that of the State in which the person concerned has established residence, in accordance with the table of equivalencies between the different categories for purposes of award. (Annex I)

4. All permits held by current residents shall be exchangeable up to the date of entry into force of this Agreement. As regards permits issued after that date, it shall be requisite, for purpose of entitlement to exchange, that they shall have been issued by the Parties before the granting of legal residence..

5. Without prejudice to the provisions of the previous paragraph, holders of Brazilian permits applying for exchanges of permits equivalent to Spanish permits in the C1, C1+E, C, C+E, D1, D, D1+E and EH-E shall be required to take a specific knowledge test and a driving test on roads open to general traffic, using the vehicle or group of vehicles which their permits authorize them to drive. Likewise, holders of Spanish driving permits equivalent to Brazilian C, D and E categories must take tests of knowledge and specific skills requisite for driving vehicles in those categories.

6. In cases of reasonable doubt concerning the authenticity of a permit or licence, the State in which an equivalent permit or licence is being sought may request the State

which issued the document to confirm the authenticity of any driving permit or licence in respect of which doubts arise.

7. The provisions of this Agreement shall not affect the requirement of completing the administrative formalities for exchanges of driving permits or licences stipulated in the regulations of each State, on such matters as completing an application form, providing a medical certificate, a certificate of absence of criminal record or administrative history or the payment of the appropriate fee.

8. Once the State of residence has granted a driving permit, the holder must comply with the regulations of that country concerning the renewal or verification of the permit.

9. The competent authorities for exchanges of driving permits and licences are:

In the Federative Republic of Brazil: the National Traffic Department (DENATRAN), through its branch offices;

In the Kingdom of Spain: the Ministry of the Interior (Directorate-General of Traffic).

10. The permit or licence of the issuing State shall be returned to the authority which issued it, as determined by both Parties.

11. Both Parties shall exchange models of their respective driving permits and licences. If one of the Parties amends its models, it must communicate the new models to the other Party for information purposes at least thirty (30) days before they come into force.

12. This Agreement shall not apply to driving permits or licences issued in either State on the basis of exchanges of other driving permits obtained in other States.

13. This Agreement shall be for an indefinite duration. Either Party may denounce it, giving written notice through the diplomatic channel. The denunciation shall take effect ninety (90) days following the change.

Should the foregoing proposal by the Kingdom of Spain be acceptable, this Note and the Note in reply shall constitute an Agreement between the two States which shall enter into force ninety (90) days from the date of the last of the notifications in which the Parties inform each other through the diplomatic channel that the domestic requirements for its entry into force have been complied with. Appended to this Note is the table of equivalencies between the Brazilian and Spanish categories of permits (Annex I) and an operating protocol (Annex II), both of which shall be deemed to form integral parts of this Agreement.

Please accept, Excellency,

CEJSO AMORIM
Minister of Foreign Affairs

His Excellency
Miguel Angelo Moratinos Cauyaubé
Minister of Foreign Affairs and Cooperation
Kingdom of Spain

ANNEX I

Table of equivalencies of Brazilian and Spanish categories of driving permits

SPANISH	BRAZILIAN						
	A	B	C	D	B+E	C+E	D+E
Al	X						
A	X						
B		X					
B+E					X		
Cl+C			X				
Cl-C+E						X	
Dl-D				X			
Dl-D+E							X

ANNEX II

Operating protocol for the Agreement between the Federative Republic of Brazil and the Kingdom of Spain concerning mutual recognition and exchanges of driving permits

Holders of permits issued by the competent authorities of the Federative Republic of Brazil may apply for exchanges thereof in accordance with the clauses of the Agreement between the Federative Republic of Brazil and the Kingdom of Spain concerning mutual recognition and exchanges of driving permits. To that end they shall apply, by telephone or Internet, for an appointment for the exchange, giving the number of the residence card issued by the Spanish authorities, the province of Spain in which they are resident, their identity card number and the number of the Brazilian driving permit together with its date and place of issue. The applicant will be informed by telephone of documentation to be supplied together with the application, and a date will be fixed for the submission of the application, together with the additional documentation, at the offices of the provincial traffic headquarters in the province in which the applicant is residing.

For purposes of confirmation of the authenticity of Brazilian driving permits submitted for exchange, the Directorate-General of Traffic will send the Brazilian authorities daily reports on applicants by secure e-mail, based on the use of the X 509 v3 electronic identity certificate issued by the Directorate-General of Traffic. The Brazilian authorities undertake to report on the authenticity of permits within less than thirty calendar days following the receipt of the message. If no objection is received within the period specified, it will be deemed that there is no history concerning such driving permits issued by the authorities of the Republic of the Federative Republic of Brazil .

To guarantee confidentiality, authenticity and non-rejection, both request and reply messages will be signed and encrypted, using electronic identity certificates issued for the purpose.

Request and reply messages shall comply with the decisions of the information technology experts appointed by the respective traffic authorities as regards format, text and encryption.

II

Madrid, 17 September 2007

Excellency,

I have pleasure in referring to your Note dated 17 September 2007 with contents as follows:

(See note 1)

In reply thereto I have pleasure in confirming that the proposal described therein is acceptable to the Kingdom of Spain and that the Note of Your Excellency and this Note in reply shall constitute an Agreement between the two States which will enter into force ninety (90) days from the date of the last of the notifications in which the Parties inform each other through the diplomatic channel that the domestic requirements for its entry into force have been complied with. Appended to this Note is the table of equivalencies between the Brazilian and Spanish categories of permits (Annex I) and an operating protocol (Annex II), both of which shall be deemed to form integral parts of this Agreement.

Please accept, Excellency,

HIS EXCELLENCY
MIGUEL ANGELO MORATINOS CUYAUBÉ
Minister of Foreign Affairs and Cooperation

Cejso Amorim
Minister of Foreign Affairs
Federative Republic of Brazil

[TRANSLATION – TRADUCTION]

I

Madrid, le 17 septembre 2007

Monsieur le Ministre,

J'ai l'honneur de vous adresser la présente note concernant la reconnaissance mutuelle des permis de conduire de véhicules entre la République fédérative du Brésil et le Royaume d'Espagne.

À cet égard, et compte tenu du fait que dans les deux États les normes et signalisations régissant la circulation routière sont conformes aux dispositions de la Convention sur la circulation routière, conclue à Vienne le 8 novembre 1968, et que les catégories de permis de conduire, ainsi que les conditions requises et les examens qui sont réalisés dans les deux États aux fins de son obtention sont homologables, j'ai l'honneur de proposer la conclusion d'un accord entre la République fédérative du Brésil et le Royaume d'Espagne sur la reconnaissance mutuelle et l'échange des permis de conduire nationaux, dans les termes suivants :

1. La République fédérative du Brésil et le Royaume d'Espagne, ci-après dénommés les « Parties », reconnaissent réciproquement les permis de conduire nationaux délivrés par les autorités des États aux personnes ayant leur résidence légale dans ces derniers, à condition qu'ils soient en cours de validité et conformes aux annexes du présent Accord.

2. Le titulaire d'un permis de conduire en cours de validité délivré par l'une des Parties est autorisé à conduire temporairement – pendant une période de cent-quatre-vingts (180) jours – sur le territoire de l'autre Partie des véhicules à moteur appartenant aux catégories pour lesquelles son permis est valable, pour autant qu'il possède l'âge minimum requis par cette autre Partie.

3. Une fois la période précitée passée, le titulaire d'un permis de conduire délivré par l'un des États, qui établit sa résidence légale dans l'autre État et ce, conformément aux normes internes de celui-ci, peut obtenir le permis de conduire équivalent à celui de l'État où il a établi sa résidence, conformément au tableau des équivalences entre les catégories de permis (annexe I).

4. Tous les permis des résidents actuels peuvent être échangés jusqu'à l'entrée en vigueur du présent Accord. Concernant les permis délivrés après l'entrée en vigueur de cet Accord, il est indispensable, pour pouvoir les échanger, que les Parties les aient délivrés avant la date de l'obtention de la résidence légale.

5. Sans préjudice des dispositions de l'alinéa précédent, les titulaires d'un permis de conduire brésilien qui demandent l'échange des permis de conduire équivalents aux permis espagnols des catégories CI, C1+E, C,C+E,DI,D, d1+E et D+E doivent se soumettre à un examen de contrôle des connaissances spécifiques et à une épreuve de conduite sur les voies ouvertes à la circulation générale, en utilisant un véhicule ou un ensemble de véhicules dont la conduite est autorisée par lesdits permis. Quant aux titulaires de permis de conduire espagnols correspondant aux catégories brésiliennes C, D

et E, ils doivent réaliser un examen de contrôle des connaissances et des compétences particulières requises pour la conduite de véhicules de ces catégories.

6. En cas de doutes sérieux quant à l'authenticité du permis, l'État dans lequel l'échange est demandé peut exiger de l'État émetteur du document la vérification de l'authenticité du permis sur lequel portent les doutes.

7. Les dispositions du présent Accord ne dispensent pas de l'obligation de se soumettre aux formalités administratives prévues par la législation de chacun des États pour l'échange de permis de conduire, telles que remplir un formulaire de demande, présenter un certificat médical, un extrait du casier judiciaire vierge ou un document attestant un dossier administratif sans antécédents, ou payer la taxe exigée.

8. Une fois qu'il a obtenu le permis de conduire de l'État où il réside, le titulaire est tenu de se conformer à la réglementation de ce pays lors du renouvellement ou du contrôle de son permis.

9. Les autorités compétentes chargées de l'échange des permis de conduire sont les suivantes :

- Pour la République fédérative du Brésil : le Département national de la circulation (Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN), par l'intermédiaire de ses organes délégués.

- Pour le Royaume d'Espagne : la Direction générale de la circulation, qui relève du Ministère de l'intérieur.

10. Le permis de l'État émetteur est renvoyé à l'autorité qui l'a délivré conformément à ce que les Parties décident.

11. Les deux Parties échangent les spécimens de leurs permis de conduire respectifs. Dans le cas où l'une des deux Parties modifie les spécimens de ses permis de conduire, elle en informe l'autre Partie en lui faisant parvenir les nouveaux spécimens au moins trente (30) jours avant la date de leur mise en circulation.

12. Le présent Accord ne s'applique pas aux permis délivrés dans l'un ou l'autre pays qui ont fait l'objet d'un échange de permis de conduire obtenus dans un État tiers.

13. Le présent Accord est conclu pour une durée indéterminée. L'une ou l'autre Partie peut le dénoncer par notification écrite adressée par la voie diplomatique. La dénonciation prend effet quatre-vingt-dix (90) jours après la transmission de ladite notification.

Si ce qui précède agréé le Royaume d'Espagne, la présente note et la confirmation constitueront entre les deux États un accord qui entrera en vigueur dans un délai de quatre-vingt-dix (90) jours à compter de la date de la dernière notification par laquelle les Parties s'informent, par la voie diplomatique, de l'accomplissement des procédures internes nécessaires à son entrée en vigueur. Dans le cas qui nous occupe, la présente note est accompagnée du tableau des équivalences entre les catégories de permis brésiliens et espagnols en annexe I et d'un protocole d'application en annexe II, lesquels sont considérés comme faisant partie intégrante du présent Accord.

Je saisis cette occasion pour vous renouveler, Excellence, les assurances de ma très haute considération.

CELSO AMORÍM
Ministre des relations extérieures

À son Excellence

Monsieur Miguel Ángel Moratinos Cuyaubé
Ministre des affaires étrangères et de la coopération
Royaume d'Espagne

ANNEXE I

Tableau des équivalences entre les catégories de permis de conduire brésiliens et espagnols

	BRÉSILIENS						
ESPAGNOLS	A	B	C	D	B+E	C+E	D+E
Al	X						
A	X						
B		X					
B+E					X		
C1+C			X				
C1-C+E						X	
D1-D				X			
D1-D+E							X

ANNEXE II

Protocole d'application de l'Accord conclu entre la République fédérative du Brésil et le Royaume d'Espagne sur la reconnaissance réciproque et l'échange de permis de conduire

Conformément aux clauses stipulées dans l'Accord entre la République fédérative du Brésil et le Royaume d'Espagne relatif à la reconnaissance mutuelle et l'échange des permis de conduire nationaux, les titulaires d'un permis de conduire délivré par les autorités compétentes de la République fédérative du Brésil peuvent demander son échange. Pour ce faire, ils doivent prendre rendez-vous par téléphone ou par Internet afin de procéder à l'échange, en indiquant le numéro de la carte de séjour assigné par les autorités espagnoles, la province espagnole dans laquelle ils résident, leur numéro de carte d'identité et celui de leur permis de conduire brésilien, ainsi que le lieu et la date de délivrance dudit permis. Le demandeur est informé par téléphone des documents à joindre à la demande et de la date à laquelle il devra présenter ladite demande et les documents complémentaires auprès des bureaux de la Direction provinciale de la circulation de la province où il réside.

Pour confirmer l'authenticité du permis de conduire brésilien accréditant l'échange, la Direction générale de la circulation transmet chaque jour aux autorités brésiliennes la liste des demandeurs par courriel électronique sécurisé, en utilisant le certificat d'identité électronique X.509 v3 délivré par la Direction générale de la circulation. Les autorités brésiliennes s'engagent à fournir des informations sur l'authenticité des permis dans un délai ne dépassant pas trente (30) jours civils, à compter du jour suivant la réception du message. Au cas où aucune réponse n'est reçue dans le délai imparti, il sera supposé qu'il n'existe aucun antécédent de permis de conduire délivré par les autorités de la République fédérative du Brésil.

À titre de garantie de confidentialité, d'authenticité et de non-répudiation, les messages de demande et de réponse sont signés et cryptés à l'aide de certificats d'identité électronique délivrés à cet effet.

Lesdits messages sont adaptés au format, au texte et au cryptage convenus par les experts informatiques désignés par les autorités respectives en charge de la circulation.

II

Madrid, le 17 septembre 2007

Monsieur le Ministre,

J'ai l'honneur de me référer à votre note datée du 17 septembre 2007 qui lit :

[Voir note I]

En réponse à ce qui précède, j'ai l'honneur de confirmer que la proposition décrite antérieurement agréée le Royaume d'Espagne et que votre note ainsi que la présente constituent un accord entre les deux États qui entrera en vigueur dans un délai de quatre-vingt-dix (90) jours à compter de la date de la dernière notification par laquelle les Parties s'informent, par la voie diplomatique, de l'accomplissement des procédures internes. Dans le cas qui nous occupe, la présente note est accompagnée du tableau des équivalences entre les catégories de permis brésiliens et espagnols en Annexe I et d'un protocole d'application en Annexe II, qui sont considérés comme faisant partie intégrante du présent Accord.

Je saisis cette occasion pour vous renouveler, Excellence, les assurances de ma très haute considération.

MIGUEL ÁNGEL MORATINOS CUYAUBÉ
Ministre des affaires étrangères et de la coopération

À son Excellence

Monsieur Celso Amorim

Ministre des relations extérieures de la République fédérative du Brésil